

Produção do espaço metropolitano e redistribuição espacial da população no Brasil: o que aconteceu nas últimas duas décadas?

Production of metropolitan space and spatial
redistribution of population in Brazil: what
happened in the last two decades?

***José Marcos Pinto da Cunha**, Demógrafo, professor do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e pesquisador do
NEPO – Unicamp e do Centro de Estudos da Metrópole
(CEM)/CEBRAP, zemarcos@nepo.unicamp.br*

***Késia Anastácio Alves da Silva**, Doutoranda em demografia
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp,
kesia.anastacio@hotmail.com*

***Luiz Antônio Chaves de Farias**, Doutorando em demografia
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp,
fariasax@uol.com.br*

Resumo

Este estudo tem o intuito de realizar uma análise comparativa sobre a dinâmica de produção do espaço metropolitano de nove Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras, sob o ponto de vista de sua dimensão demográfica, com especial enfoque na mobilidade espacial da população. Em específico, busca-se identificar similaridades e diferenças entre as mesmas, particularmente no que se refere às suas mudanças socioespaciais e o papel da migração nas últimas décadas. Nesse sentido, trata-se de analisar o comportamento da migração interna nas dinâmicas demográficas das RMs e como estas impactaram (ou não) a mobilidade residencial no interior destas regiões metropolitanas; também interessa conhecer o papel destas RMs no processo migratório dos seus respectivos estados. Fruto de um projeto coletivo mais amplo, este trabalho faz uma síntese dos principais achados para este conjunto de RMs que, em 2010, representavam cerca de 40% do PIB nacional e pouco mais de 26% da população brasileira. Os dados analisados provêm dos Censos Demográficos Brasileiro de 1991, 2000 e 2010 e a estratégia de análise parte, primeiro de um olhar para as RMs em sua totalidade, e logo após para a heterogeneidade interna através de uma tipologia de municípios.

Palavras Chave: (metropolização, redistribuição espacial da população e mobilidade residencial)

Abstract

This study intends to perform a comparative analysis on the dynamics of production of the metropolitan space of nine Brazilian Metropolitan Regions (RMs), considering its demographic dimension, with special focus on the spatial mobility of the population. Specifically, it seeks to identify similarities and differences between them, particularly with regard to their socio-spatial changes and the role of migration in the last decades. In this sense, it is an analysis of the behavior of internal migration in the demographic dynamics of RMs and how these impact (or not) the residential mobility within these metropolitan regions; It is also important to know the role of these RMs in the migratory process of their respective states. As a result of a larger collective project, this paper summarizes the main findings for this set of RMs, which in 2010 represented around 40% of the national GDP and a little more than 26% of the Brazilian population. The data analyzed comes from the Brazilian Demographic Censuses of 1991, 2000 and 2010 and the analysis strategy starts from a look at the RMs in their totality and soon afterwards for internal heterogeneity through a typology of municipalities.

Keywords/Palabras Clave: (metropolization, residential mobility)

INTRODUÇÃO

Os temas de pesquisa em torno da concentração urbana e da metropolização sempre foram recorrentes nas agendas de pesquisa nacional desde a década de 1950. No entanto, por vezes estes não ocuparam a centralidade nas agendas, e o olhar nos “estudos urbanos” estava centrado em fenômenos na escala do intraurbano, mas na atualidade o tema se encontra em recuperação com as mudanças nas formas metropolitanas (DAVIDOVICH, 2004). Assim, este trabalho adentra a ceara dos estudos metropolitanos, mas com um “olhar” atento às dinâmicas demográficas destas. Ascher (1998:9) corrobora esta perspectiva analítica, ao afirmar que “para analisar as formas do crescimento metropolitano é necessário antes de tudo distinguir os fenômenos físicos (as superfícies construídas), demográficos e socioeconômicos”. No Brasil, a criação das Regiões Metropolitanas ocorreu em 1973 através da Lei Complementar Federal 14 - tal lei, a exceção da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, institucionalizou as RMs que correspondem às mesmas analisadas neste artigo. Sendo elas: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana de Recife (RMR), Região Metropolitana de Salvador (RMS), Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)¹, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Destaca-se que devido ao fato destas representarem momentos diferenciados do crescimento populacional das metrópoles, e também por terem uma concentração populacional e socioeconômica representativa, considerou-se a escolha de tais pertinente.

1 A RMRJ foi criada com a lei federal nº 20 de 1974, no âmbito do processo de fusão entre o Estado da Guanabara e o “antigo” Estado do Rio de Janeiro.

Assim, em relação aos objetivos deste trabalho, o artigo está estruturado em dois eixos de análise. Inicialmente, realizou-se uma breve discussão sobre o processo de metropolização e institucionalização das RMs no Brasil, bem como se fez um resgate sucinto sobre a urbanização brasileira, com enfoque nas mudanças demográficas dessas áreas ao longo dos últimos trinta anos.

A segunda parte do trabalho adentra no fenômeno migratório e elabora uma avaliação das dinâmicas migratórias das RMs por modalidades migratórias. Também, foram analisados os fluxos migratórios intrametropolitanos, em termos de seus volumes e direções, além das características dos migrantes e de suas famílias, com intuito de conhecer as tendências destes movimentos nas distintas RMs ao longo do tempo. Outra estratégia adotada foi investigar os municípios de cada RM, em termos de suas dinâmicas demográficas, econômicas e sociais, segundo categorias de municípios (polo, subpolos, e periferias elitizada, tradicional próxima e tradicional distante). Este exercício foi realizado com intuito de criar certa padronização e simplificação dos procedimentos e, que ao mesmo tempo, fosse capaz de diferenciar as cidades segundo seu papel dentro da estrutura metropolitana das regiões estudadas.

I. A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO: UM BREVE PANORAMA.

É impossível iniciar um debate sobre qualquer aspecto inerente as regiões metropolitanas sem distinguir alguns conceitos, ainda que brevemente, como o de metrópole e de região metropolitana. Sendo assim, no Brasil, se a princípio a estruturação da metrópole estava relacionada com o fenômeno de economias de aglomeração e com a ampliação do espaço vivido de uma determinada população, compartilhando seus recursos, infraestrutura, serviços e possibilidades - de outro, no Brasil, existe a Região Metropolitana que é considerada uma entidade de ordem jurídico-institucional, que se configura por motivações múltiplas (COSTA, 2013).

Nesse sentido, a de se questionar: a que se refere o termo metrópole? Por vezes, no imaginário coletivo o evocar desta palavra traz à mente a grande cidade, adensada de prédios, automóveis e pessoas, para muitos – o cenário do caos. A origem etimológica da palavra vem do grego e se refere à “cidade-mãe”, que estende e projeta sua urbanidade em cidades coloniais e exerce funções de comando e poder (ROGER, 2007). Assim, a cidade grega conhecida como “mãe” – que exporta seus guerreiros, comerciantes, deuses e presta serviços considerados raros a outras polis - coloca-se como a principal interlocutora entre as cidades, controlando-as, dominando e incorporando em seu movimento aquelas que não detinham de funções semelhantes (ASCHER, 1998, DÍ- MEO, 2008).

Neste trabalho, a metrópole se perfaz como a cidade que concentra o capital internacional, as sedes das grandes empresas, possui um terciário expressivo, e, portanto exerce uma função no âmbito regional, nacional e tem ligações com outros polos internacionais. Difunde-se, portanto agora, como a forma-conteúdo principal do fenômeno da metropolização. Já a área metropolitana seria a região de influência exercida pela centralidade da metrópole, ou seja, “seria o alcance espacial das atividades de comércio e serviços nela fixados”. Por fim, a região metropolitana corresponde a “definição institucional, relacionada aos interesses políticos e, por vezes, motivada pela necessidade de ordenamento do território na escala regional e cuja cidade-polo não é necessariamente uma metrópole” (FIRKOWSKI, 2012, p. 23 e 37).

Para além deste descompasso conceitual, é preciso salientar que a metrópole do século XXI vem sendo modelada por transformações que acompanham as exigências do processo de acumulação do capital e que mudam as formas e os conteúdos desta, com consequências no desenvolvimento/extensão do tecido metropolitano (CARLOS, 2013). Assim, a metrópole que antes

era demarcada pelo crescimento da cidade mãe, e depois pela conurbação, hoje pode ser caracterizada não só por esta, mas também pelo surgimento de uma metrópole metamorfoseada. Esta nova entidade metropolitana é conhecida por sua grandeza, e sua morfologia é marcada por unidades espaciais contínuas e descontínuas, que consomem ao longo de seu traçado diversos centros urbanos e suas áreas intersticiais urbanas e rurais. Devido a essa abrangência escalar, esses arranjos possuem uma organização e uma formação mais complexa. Portanto, estreitam relações em diversas escalas e compartilham funções com aglomerações vizinhas (MOURA, 2009).

Nesse sentido, se as mudanças nos processos de metropolização no contemporâneo acompanharam as transmutações da reprodução do capital e suas crises cíclicas. Os movimentos populacionais nestes ambientes também apresentaram características específicas em cada momento da produção da metrópole. Segundo Ascher (1998) essas transformações têm rebatimentos na mobilidade espacial da população, por exemplo: aumento dos movimentos pendulares, bem como nas múltiplas mobilidades das famílias que permeiam as mobilidades residenciais, profissionais e do cotidiano, já que as metamorfoses no tecido metropolitano tende a alongar as distâncias percorridas no dia a dia, e também pela colonização de novas áreas rurais e cidades periféricas. Assim, como destaca Baeninger (1998), o delineamento de novas territorialidades representa importantes transformações demográficas. Nota-se nestes dois marcos de produção do espaço urbano apresentados, que a mobilidade espacial da população também apresentou especificidades em cada período. Segundo diversos pesquisadores para o caso Brasil, (Baeninger (2011), Cunha (2011), Pacheco (1998), Martine (1994) entre outros), tem-se dois momentos também do fenômeno migratório: O primeiro transcorre a década de 1970 e até parte da década de 1980, e está relacionado ao processo de industrialização e de formação das grandes concentrações urbanas, especialmente as metropolitanas. Nesse período, destacavam-se os grandes fluxos migratórios do tipo rural-urbano e também daqueles em direção ao Sudeste que, segundo Faria (1991), caracterizaram a sociedade urbano-industrial brasileira naquele momento.

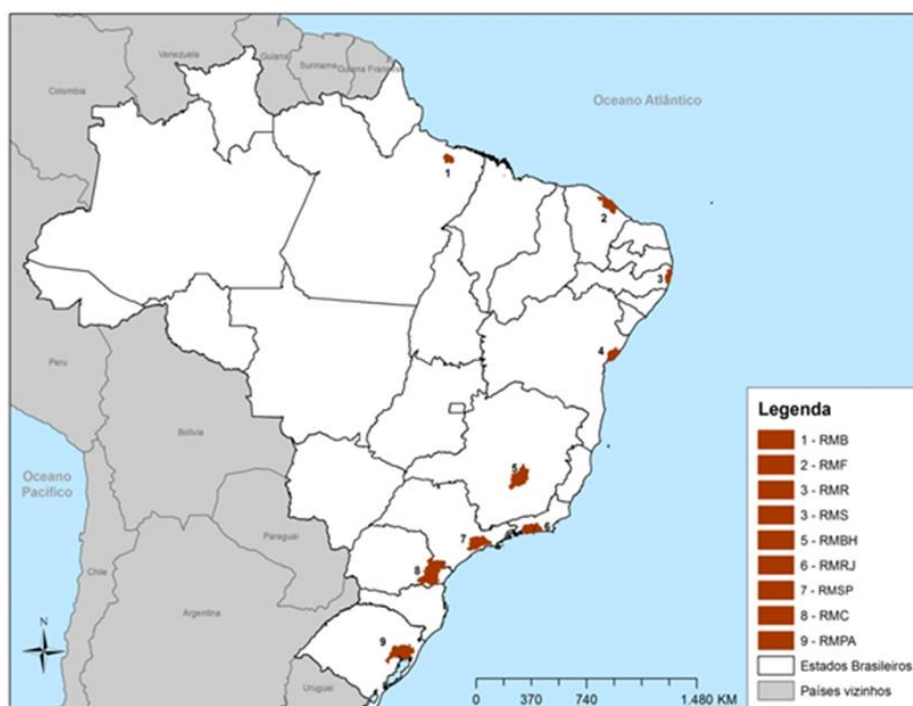
O segundo momento, condicionado em grande parte pela significativa redução da migração de mais longa distância, seria marcado pela maior predominância de mobilidade espacial da população de menor distância - especialmente aquela do tipo intraestadual (ou inter-regional) e intrametropolitana. Ressalta-se, também, que a mobilidade pendular assume cada vez mais importância, ampliando não apenas sua intensidade, mas também seu alcance em termos das escalas espaciais envolvidas, ou seja, projetando-se do antigo plano intrametropolitano para o inter-regional.

Portanto, se em um primeiro momento as metrópoles brasileiras apresentavam um processo de concentração, em um segundo foram demarcadas por uma dispersão, fenômeno este que deve ser relativizado, já que o processo de desconcentração populacional e industrial circunscreveu apenas algumas metrópoles brasileiras, como São Paulo, e direcionava-se em direção aos núcleos urbanos localizados próximos as áreas de influência da metrópole, por isso Azzoni (1986) denominou esse fenômeno como desconcentração concentrada. Nesse sentido, torna-se necessário compreender as transformações que perpassam os ambientes metropolitanos, bem como os reflexos das mudanças socioespaciais no processo de redistribuição espacial da população. Segundo Silva (2011, p.39) a rede urbana brasileira tem se tornado cada vez mais densa, “pois ao mesmo tempo em que a população se concentrou em determinados espaços, especialmente metropolitanos, ocorreu à proliferação do número de cidades, mas com manutenção da concentração populacional nas metrópoles”. Assim, cabe investigar o papel que as regiões metropolitanas têm na distribuição espacial da população em cada período, bem como as tendências de organização dos espaços metropolitanos.

1. 1. AS CONTRAPARTIDAS DEMOGRÁFICAS NO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO.

O início do que se poderia chamar de “transição urbana” no Brasil data de meados da década de 1960, sendo que nesse período o crescimento populacional era marcado não apenas por altas taxas de crescimento vegetativo, mas também por grandes fluxos migratórios do tipo rural-urbano. Também, como já reiterado, as RMs consideradas neste trabalho foram institucionalizadas na década de 1970 através de legislação federal (Figura 1). No entanto, as suas dinâmicas demográficas e expansão territorial são diferenciadas não apenas em termos quantitativos (por exemplo, em 1980, a RM de São Paulo registrava uma população de 12,5 milhões de habitantes, enquanto que a de Belém apenas 1 milhão), mas também em termos temporais já que a consolidação das RMs do sudeste brasileiros é bem mais precoce.

Figura 1: Localização das regiões metropolitanas selecionadas.



Fonte: IBGE: Malha Digital por UF's e municípios. IBGE 2010 (elaboração própria).

Como indica Faria (1991) a população urbana passava de 18 milhões de habitantes em 1950 e atinge casa dos 80 milhões em 1980. Esse crescimento populacional foi marcado por duas vertentes: a primeira foi à concentração de um grande contingente populacional em poucas metrópoles, e a segunda foi um processo de redistribuição espacial da população em “cidades de diferentes tamanhos que se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social tanto entre o campo e a cidade como entre as cidades” (FARIA, 1991, p.103). Nesse processo histórico de reorganização do espaço brasileiro, observa-se o aumento progressivo da população em cidades cada vez maiores.

Nesse sentido, a Tabela 1 permite constatar que o período de maior intensificação do crescimento populacional metropolitano no país foi, sem dúvida, a década de 1970, quando, com exceção da RMRJ, a maioria das regiões metropolitanas apresentaram crescimento populacional acima de 3% (a.a). Para compreender tal comportamento, não se pode esquecer que se trata de um período de

grande intensidade da migração interna no país (CUNHA, 2015, CUNHA e BAENINGER, 2005), além, é claro do fato de que a fecundidade, ainda em níveis significativos, impactava positivamente o crescimento vegetativo brasileiro.

Tabela 1: População residente, taxa geométrica de crescimento, taxa de migração líquida e peso relativo da migração no crescimento segundo regiões metropolitanas. Regiões Metropolitanas selecionadas, 1970/2010.

RM's	População					Taxa de Crescimento				Taxa de Migração Líquida (a.a)		Peso da Migração sobre o Crescimento (a.a)	
	1970	1980	1991	2000	2010	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
RMB	685.616	1.045.517	1.434.634	1.838.763	2.101.883	4,31	2,92	2,80	1,35	0,53	-0,09	26,74	-7,06
RMF	1.130.145	1.699.421	2.460.827	3.056.769	3.615.767	4,16	3,42	2,44	1,69	0,94	0,44	53,82	28,57
RMR	1.827.173	2.386.453	2.919.979	3.337.565	3.690.547	2,71	1,85	1,50	1,01	0,11	0,04	9,38	4,36
RMS	1.211.950	1.847.809	2.586.366	3.120.303	3.573.973	4,31	3,10	2,11	1,37	0,43	0,29	27,98	22,56
RMBH	1.724.820	2.681.778	3.522.908	4.357.942	4.883.970	4,51	2,51	2,39	1,15	0,93	0,20	54,05	18,22
RMRJ	6.879.183	8.758.436	9.796.649	10.869.255	11.835.708	2,44	1,02	1,16	0,86	0,05	0,17	5,34	21,20
RMSF	8.139.705	12.588.745	15.444.941	17.878.703	19.683.975	4,46	1,88	1,64	0,97	0,07	-0,12	6,06	-13,58
RMC	907.391	1.532.383	2.101.681	2.768.394	3.174.201	5,38	2,91	3,11	1,38	0,99	0,29	45,81	22,37
RMPA	1.751.889	2.468.028	3.230.732	3.718.778	3.958.985	3,49	2,48	1,58	0,63	0,17	-0,16	14,65	-27,04
TOTAL	24.875.472	35.572.281	44.078.392	50.801.247	55.972.826	3,64	1,97	1,59	0,97	0,29	0,06	24,55	6,58

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1970 a 2010.

De fato, nos períodos posteriores todas as regiões metropolitanas mostraram declínio em suas taxas, fato relacionado não apenas com a queda da fecundidade que começa a acelerar-se no país nos anos 1980, mas também com o decréscimo da migração. Contudo, é importante ressaltar que as regiões do Norte e Nordeste do país, bem como a RM de Belo Horizonte (localizada no sudeste) registraram taxas acima da média e, portanto, superiores a 1% (a.a) no período de 2000/2010. De qualquer modo, é notável que o ritmo de crescimento das metrópoles brasileiras sofreu significativa redução ao longo das últimas quatro décadas.

Se em um primeiro momento as regiões metropolitanas do Centro-sul brasileiro eram caracterizadas por um crescimento populacional expressivo, em grande medida favorecido pela intensidade dos fluxos migratórios interestadual, recentemente estas são caracterizadas pelo baixo crescimento, muito embora, como se verá, sua dinâmica de expansão territorial via migração intrametropolitana não tenha perdido força.

Por outro lado, com o declínio da migração interestadual, em grande medida refletindo a crise nos centros hegemônicos do país e a redução das oportunidades nas fronteiras agrícolas (CUNHA, 2015), as RMs do Nordeste brasileiro acabam por exercer papel preponderante no processo de redistribuição da população no âmbito regional, servindo como verdadeiros “colchões de amortecimento” dos fluxos migratórios proveniente das áreas deprimidas do interior de seus estados.

O censo de 1991 já indicava o arrefecimento no crescimento dos grandes centros urbanos. Para alguns autores, essa fase seria caracterizada por uma “desmetropolização”², tese com a qual não se concorda já que as RMs, mesmo com a importante redução de seus crescimentos demográficos, praticamente mantiveram o seu peso relativo na população brasileira (CUNHA, 2015). Martine (1994) aponta que o arrefecimento da metropolização foi marcado pelo crescimento do processo de periferização das metrópoles. Tal fenômeno teria sido influenciado não apenas pela queda da fecundidade já mencionada, mas também pela redução dos grandes fluxos migratórios, especialmente aqueles do tipo rural-urbano. Assim, “a complexidade e diversidade das formas de

2 Autores como Santos (2005 [1993]), Martine (1994), entre outros.

mobilidade espacial da população, eram ofuscadas pelas grandes tendências históricas da migração no Brasil” (CUNHA, 2011, p.12).

Os anos de 1980 e 1990 registraram a transformação na dinâmica econômica, social e demográfica, com rebatimentos nos processos de redistribuição espacial da população e uma desconcentração, com novas localidades e outros tipos de deslocamentos ganhando importância. Porém, este processo de desconcentração populacional deve ser relativizado, posto estar mais circunscrito às regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Na verdade, mesmo aceitando a tese de uma desconcentração relativa, deve-se salientar que não há um processo de equidade regional, pois as cidades pequenas continuam a perder população em favor das cidades maiores, o que demonstra que os desequilíbrios regionais ainda permeiam a rede urbana (CUNHA, 2003).

Nesse sentido, um dado que corrobora o argumento, apresenta-se na Tabela 2, que mostra a participação relativa dos grupos de municípios na população regional e da população das RMs na população das UFs. Estes dados revelam que o peso relativo das regiões metropolitanas ao longo do período estudado não apresentou declínio, mas, ao contrário, aumentou. A exceção à regra são as RMs do Rio de Janeiro e São Paulo, as quais apresentaram uma estabilidade para esses valores, e, Belém, que, de fato, apresentou uma queda na participação no Estado.

Se as RMs ainda se mostram proeminentes no processo de redistribuição populacional no contexto regional em que estão inseridas, no que toca a sua dinâmica demográfica interna esse quadro fica ainda mais evidente. Conforme atestado pela tabela 2, as nove RMs em questão apresentam, sem exceção a regra, um grande potencial “endógeno” de redistribuição interna de sua população. Em todos os casos desde a década de 70, os polos apresentam a maior fatia da população regional, enquanto os grupos de municípios, em especial as periferias, sejam elas tradicionais ou elitizadas, respondem por fatias menos expressivas do total das RMs.

Fica claro, igualmente, um avanço no curso dos processos de redistribuição interna da população, vivenciados pelas RMs. Isso porque, percebe-se uma progressiva tendência de perda de peso relativo dos polos e, concomitante, ganho em participação relativa, principalmente dos subpolos e periferias tradicionais próximas.

Assim, no sentido das mudanças que perpassam as metrópoles, principalmente em seu tecido, a hipótese trabalhada aqui é das transformações nos conteúdos das metrópoles, bem como em suas formas, a exemplo do espraiamento do tecido metropolitano da RMSP. Outro dado que pode apontar alguns indícios nessa diversificação das RMs se apresenta na Tabela 3, que demonstra alguns desses diferenciais através das taxas de crescimento e dos saldos migratórios por grupos de municípios para os períodos de 1991/2000 e 2000/1991.

Tabela 2: Participação relativa na população regional e estadual por grupos de municípios. Regiões metropolitanas selecionadas. 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

RMs	Ano	Grupos de municípios					Total - RMs	Peso das RMs nas Ufs	Total - Ufs
		Polo	Subpolo	Periferias elitizadas	Periferia tradicional próxima	Periferia tradicional distante			
		%						%	
RMB	1970	92,4	3,3	.	2,0	2,3	685616	31,6	2166998
	1980	89,3	6,3	.	2,1	2,3	1045517	30,7	3403498
	1991	86,8	6,1	.	4,8	2,3	1434634	29,0	4950060
	2000	69,6	21,4	.	6,6	2,4	1838763	29,7	6195965
	2010	66,3	22,5	.	8,4	2,8	2101883	27,7	7581051
RMF	1970	75,9	6,7	.	5,7	11,7	1130145	25,9	4361603
	1980	76,9	7,0	.	5,1	10,9	1699421	32,1	5288429
	1991	71,9	15,1	.	4,3	8,7	2460827	38,7	6366647
	2000	70,1	16,3	.	4,6	9,1	3056769	41,1	7431597
	2010	67,8	17,3	.	5,0	9,9	3615767	42,8	8452381
RMR	1970	58,1	21,7	.	14,8	5,4	1827173	35,4	5160625
	1980	50,4	25,7	.	18,8	5,1	2386453	38,9	6142229
	1991	44,5	28,4	.	21,9	5,2	2919979	41,0	7127855
	2000	42,6	28,4	.	23,1	5,8	3337565	42,1	7929154
	2010	41,7	27,7	.	24,0	6,7	3690547	42,0	8796448
RMS	1970	83,1	3,6	.	8,0	5,3	1211950	16,2	7493437
	1980	81,3	6,7	.	7,6	4,4	1847809	19,5	9455392
	1991	80,2	7,1	.	9,2	3,5	2586366	21,8	11867991
	2000	78,3	8,8	.	9,7	3,2	3120303	23,8	13085769
	2010	74,9	11,4	.	10,5	3,2	3573973	25,5	14016906
RMBH	1970	71,6	8,6	3,8	6,5	9,4	1724820	15,0	11485663
	1980	66,4	13,6	2,9	9,6	7,5	2681778	20,0	13380105
	1991	57,3	17,6	2,9	14,7	7,4	3522908	22,4	15743152
	2000	51,4	19,4	3,0	18,3	8,0	4357942	24,3	17905134
	2010	48,6	20,1	3,4	19,4	8,4	4883970	24,9	19597330
RMRJ	1970	61,8	27,8	.	8,7	1,7	6879183	76,5	8994802*
	1980	58,1	30,6	.	9,2	2,0	8758436	77,6	11291631
	1991	55,9	32,5	.	9,1	2,5	9796649	76,5	12807706
	2000	53,9	28,0	.	13,3	4,8	10869255	75,5	14392106
	2010	53,4	26,5	.	14,6	5,5	11835708	74,0	15989929
RMSP	1970	72,8	15,9	2,2	7,5	1,7	8139705	45,8	17770975
	1980	67,5	17,1	2,2	11,1	2,2	12588745	50,3	25042074
	1991	62,5	17,4	2,7	14,1	3,3	15444941	48,9	31588925
	2000	58,4	18,0	3,1	16,2	4,3	17878703	48,3	37035456
	2010	57,2	17,7	3,5	17,0	4,6	19683975	47,7	41262199
RMC	1970	67,1	11,6	0,4	11,4	9,5	907391	13,1	6929821
	1980	66,9	14,6	0,4	12,2	6,0	1532383	20,1	7629849
	1991	62,6	18,1	0,5	14,1	4,8	2101681	24,9	8448713
	2000	57,3	20,8	4,3	13,6	4,0	2768394	28,9	9564643
	2010	55,2	22,3	4,3	14,4	3,8	3174201	30,4	10444526
RMPA	1970	50,5	22,9	4,6	10,4	11,5	1751889	26,3	6664841
	1980	45,6	25,9	4,0	13,9	10,5	2468028	31,7	7773849
	1991	39,1	29,1	3,7	16,8	11,3	3230732	35,4	9138670
	2000	36,6	29,5	3,6	18,9	11,4	3718778	36,5	10187842
	2010	35,6	29,7	3,5	19,0	12,1	3958985	37,0	10693929

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

**Somaram-se as populações do Estado do Guanabara e do “antigo” Estado do Rio de Janeiro, os quais conformavam em 1970, o que nas décadas posteriores corresponderia à Unidade da Federação do Rio de Janeiro.*

É interessante notar que para todo grupo de RMs os municípios polos³ apresentaram uma taxa inferior em relação aos outros grupos, bem como um saldo migratório negativo⁴. Porém, nota-se que os polos da RMC e RMF foram demarcados por uma taxa de crescimento expressivamente superior em relação às outras RMs no período 1991/2000. Ainda comparando os grupos de municípios, nota-se que o subpolo e a periferia tradicional próxima foram os grupos que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional (Tabela 3).

Tais dados demonstram as transformações ao longo do tempo no interior das metrópoles, e caracterizam esta entidade por sua dinamicidade; ainda que o município polo apresente taxas de crescimento menores, a outra parte dos demais municípios, em diferentes momentos, ainda apresenta crescimento expressivo. Tais pontos podem ser um indicativo de que as teses da chamada desmetropolização podem ser falaciosas por não considerarem as mudanças destas RMs.

Nesse sentido, este artigo trabalha com a hipótese de que as regiões metropolitanas continuam ainda hoje a ter papel importante e preponderante sobre o processo de redistribuição espacial da população em nível nacional e regional. Porém, o grau e a escala geográfica deste protagonismo possuem uma variação segundo o momento histórico, especialmente do processo migratório, vivido pelo país.

Tabela 3: Taxa geométrica de crescimento e saldos migratórios por grupos de municípios. Regiões metropolitanas selecionadas. 1991, 2000 e 2010.

Grupos de municipios	Tasa de crecimiento										Saldo migratorio													
	Polo		Subgrupo	Periferia inmediata	Periferia tradicional próxima	Periferia tradicional distante	Total	Polo		Subgrupo	Periferia inmediata	Periferia tradicional próxima	Periferia tradicional distante	Total										
	91-00	00-10	91-00	00-10	91-00	00-10	91-00	00-10	91-00	00-10	91-00	00-10	91-00	00-10	91-00	00-10								
RMB	0,32	0,85	18,09	1,83	-	6,57	3,82	2,93	3,24	2,80	1,35	-1,56	5,98	22,03	0,85	-9,97	-	39,129	33,344	2,475	8,927	103,063	-1,876	
RMF	2,15	1,36	3,28	2,30	-	3,20	2,49	2,01	2,62	2,44	1,69	1,86	8,83	41,07	74,11	43,817	-	24,778	23,559	35,058	4,593	32,014	1,617	
RMD	1,02	0,78	1,53	0,74	-	2,11	1,36	2,57	2,40	1,50	1,01	-3,26	9,22	38,91	-23,056	-	51,569	12,963	12,405	26,239	39,763	16,584		
RMS	1,83	0,91	4,65	3,97	-	2,71	2,19	1,03	1,57	2,11	1,37	77,035	-13,466	5,9027	8,2030	-	22,363	29,647	-3,061	31,82	149,934	1,0234		
RMEH	1,15	0,59	3,49	1,31	2,68	2,66	4,92	1,72	3,17	1,73	2,39	1,15	-32,83	-49,230	1,57416	3,8876	2,8633	22,6611	47,467	73,057	30,336	481,132	9,833	
RMDJ	0,74	0,76	-0,48	0,30	-	5,87	1,79	8,62	2,29	1,16	3,66	-461,40	1,200,90	8,8527	1,6775	-	-13,815	4,239	48,745	62,968	37,317	2,0484		
RMBP	0,88	0,76	2,01	0,79	31,67	3,33	3,22	1,41	4,71	1,74	1,64	9,97	-491,900	-236,777	136,974	-8,0356	619,76	7,0087	20,0726	24,548	14,9140	27,584	147,316	-2,4611
RMC	2,11	0,96	4,71	2,19	31,68	1,43	2,04	0,92	0,92	3,11	1,38	8,91	8,883	1,06474	5,8814	3,601	1,705	11,7122	28,416	-7,598	-20,87	30,9397	90,761	
RMDA	0,83	0,35	1,74	0,69	1,33	0,40	2,71	1,72	1,64	1,24	1,35	0,63	-2,0644	-3,492	-1,1068	-1,314	-7,568	14,8995	1,612	11,679	76,58	5,976		

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Nesse particular, mesmo considerando a tendência quase que generalizada de redução do peso da migração sobre o crescimento populacional das nove RMs (Tabela 1), quando se desagrega a análise por modalidades migratórias, grupos de municípios e características socioeconômicas, observa-se que o fenômeno tem função ainda muito relevante na dinâmica metropolitana. Isso porque, tais modalidades e a importância relativa destas nos distintos momentos históricos de formação e expansão das RMs, traduzem as diferentes fases do processo de expansão experimentado pelas RMs. Nesse sentido, parte-se da hipótese de que, especialmente no caso das RMs do Nordeste, tais modalidades terão maior ou menor predomínio sobre suas dinâmicas a depender do que acontece no país, em particular, nas regiões economicamente mais estruturadas e, portanto, mais atrativas como é o caso específico de São Paulo.

3 Com exceção ao subpolo da RMRJ, todos os outros grupos de municípios – para todas as RMs - apresentaram um crescimento superior em relação ao pólo

4 As seguintes RMs não apresentaram saldo migratório negativo nos períodos citados: RME, RMS e RMC.

II. O FENÔMENO MIGRATÓRIO E A ESTRUTURAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS.

Com relação à análise da imigração segundo as modalidades migratórias, é possível distinguir padrões diferenciados de peso das mesmas, entre as RMs do Norte e Nordeste, das RMs do Centro-sul e de São Paulo e do Rio de Janeiro (Tabela 4). No caso destas últimas, o peso da imigração intrametropolitana é maior - em torno de 40% a 50% -, com tendência de aumento no curso dos períodos considerados. Ao lado disso, chama ainda a atenção, o elevado peso relativo da imigração interestadual apesar da tendência de diminuição.

Para o outro grupo de RMs do Centro-Sul (Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre), observa-se novamente o aumento do peso da migração intrametropolitana (ou mobilidade residencial) e a manutenção da importância relativa de migração intraestadual, não obstante sua participação tenha registrado expressiva redução no período. Para a RMSP e RMRJ, a perda de peso da migração intraestadual no período considerado foi bem maior, reduzindo-se à metade. Na verdade, não é de se estranhar tal comportamento nessas RMs, não apenas pelos seus papéis (especialmente São Paulo) como grandes áreas de atração de migração interna do país, mas também pelo processo de “interiorização” da população especialmente para aglomerações urbanas mais próximas.

Nas RMs nordestinas (Recife, Fortaleza e Salvador) e de Belém, verifica-se um comportamento significativamente diferente dos descritos até aqui. Nestes casos a imigração intraestadual apresenta maior peso, com valores nos patamares de 40 a 50%. Em contrapartida, a imigração intrametropolitana, assim como nos outros grupos de RMs, apresentou ganho em participação, respondendo pelo segundo maior peso entre as modalidades. A exceção ao padrão descrito acima, registrou-se na Região Metropolitana de Recife que, nos três quinquênios considerados, apresentou a modalidade intrametropolitana com maior representatividade.

Vale lembrar que as tendências descritas dizem respeito a valores relativos, portanto, a migração intrametropolitana tende a mostrar-se mais significativa não necessariamente por seu crescimento em termos de volume e intensidade, mas também pela perda de importância dos movimentos “extra-metropolitanos” que, segundo, se argumenta, refletem as relações regionais em escala nacional. De qualquer maneira, o papel e o significado desta modalidade de deslocamento espacial ficam muito mais visíveis quando se avalia o seu comportamento em termos dos municípios metropolitanos.

Desagregando a análise da imigração por grupos de municípios dentro das RMs⁵, percebe-se uma tendência de redistribuição espacial da população metropolitana que segue um padrão centrífugo (sentido núcleo-periferia), o que implica no reduzido peso da imigração intrametropolitana nos polos regionais. Por outro lado, nos demais tipos de municípios os movimentos migratórios intrametropolitanos apresentaram sempre as maiores percentagens.

5 A tipologia utilizada foi elaborada com base no tamanho populacional, no valor agregado gerado e na composição da população segundo escolaridade.

Tabela 4: Percentual de imigrantes de data-fixa, por modalidades migratórias, segundo grupos de municípios. Regiões Metropolitanas selecionadas, 1986-1991, 1995-2000 e 2005/2010.

Grupos de municípios	Período	RMB				RMBH				RMR				RMSP				RMC				RMF				RMPA				RMRJ				RMS			
		ITM	ITAE	ITE	total	ITM	ITAE	ITE	total	ITM	ITAE	ITE	total	ITM	ITAE	ITE	total	ITM	ITAE	ITE	total	ITM	ITAE	ITE	total	ITM	ITAE	ITE	total	ITM	ITAE	ITE	total	ITM	ITAE	ITE	total
		%				%				%				%				%				%				%				%				%			
polo	1986-1991	2,3	62,1	35,6	87355	6,4	63,4	30,2	135611	13,1	41,8	45,1	66527	3,6	11,5	84,9	559748	5,3	56,2	38,6	132361	7,3	61,3	31,4	144940	15,5	60,6	23,9	78415	12,1	10,7	77,2	166600	5,8	69,0	25,2	123523
	1995-2000	4,5	60,3	35,2	75527	12,1	58,7	29,2	142349	21,9	35,3	42,8	68816	7,9	15,2	76,8	533446	7,7	51,6	40,7	153561	7,6	47,3	45,1	128685	23,1	55,4	21,6	88643	14,0	11,9	74,2	225501	7,1	64,3	28,6	124787
	2005-2010	6,1	59,2	34,7	52692	13,4	57,9	28,8	114500	27,9	32,2	39,9	62661	10,3	16,4	73,2	405495	7,5	38,6	53,8	112137	9,9	52,3	37,8	93777	26,2	49,2	24,6	74534	14,7	10,4	75,0	180058	7,7	63,3	29,0	98122
subpolo	1986-1991	66,0	25,2	8,9	37894	55,6	31,1	13,3	114253	60,7	22,1	17,3	110763	44,8	8,7	46,5	312269	48,7	36,1	15,2	74855	61,1	29,1	9,8	73478	49,2	37,3	13,4	127535	63,4	10,9	25,7	212358	44,5	41,6	13,8	32444
	1995-2000	56,0	31,3	12,7	71059	54,7	31,6	13,7	125434	60,0	21,5	18,5	94865	52,3	9,9	37,8	342656	45,5	36,0	18,5	93422	62,8	25,0	12,2	64000	55,0	33,3	11,7	116346	63,7	10,0	26,3	214499	53,0	32,3	14,7	46610
	2005-2010	51,6	34,7	13,7	44145	57,2	29,1	13,7	88783	63,2	17,3	19,5	65390	56,3	9,4	34,3	242303	51,1	24,2	24,7	79961	66,2	23,4	10,5	52564	59,6	28,4	12,0	91877	65,2	10,7	24,1	140918	51,5	31,3	17,2	60557
periferia elitizada	1986-1991	-	-	-	-	49,9	33,9	16,3	10614	-	-	-	-	57,1	11,8	31,1	54959	62,1	18,5	19,4	2753	-	-	-	-	58,8	31,7	9,5	16584	-	-	-	-	-	-	-	-
	1995-2000	-	-	-	-	57,0	29,3	13,7	18014	-	-	-	-	63,2	10,8	26,0	75550	49,6	31,9	18,5	24358	-	-	-	-	52,8	35,5	11,7	13390	-	-	-	-	-	-	-	-
	2005-2010	-	-	-	-	62,3	22,1	15,6	19991	-	-	-	-	67,1	10,7	22,2	70558	58,9	18,8	22,3	16318	-	-	-	-	56,6	33,1	10,3	10678	-	-	-	-	-	-	-	-
periferia tradicional próxima	1986-1991	45,3	41,6	13,0	9757	67,7	22,9	9,3	114230	67,6	17,8	14,5	82285	56,4	6,9	36,7	383899	57,3	29,3	13,4	54519	62,2	31,8	5,9	19356	66,0	27,7	6,3	82534	73,3	9,0	17,7	73023	50,8	32,4	16,9	27967
	1995-2000	56,7	33,4	10,0	22710	66,5	24,2	9,3	144140	65,3	21,3	13,4	76089	60,6	8,9	30,5	400817	58,8	27,2	14,0	80081	60,5	29,2	10,3	17291	65,5	27,8	6,7	82846	73,5	8,4	18,1	120472	55,9	32,1	12,0	33133
	2005-2010	59,6	32,3	8,1	22678	72,5	20,1	7,4	101755	65,3	19,5	15,2	66658	64,4	7,6	28,0	284389	67,0	18,9	14,1	52440	67,8	25,7	6,5	13160	72,7	21,9	5,3	63300	76,0	6,9	17,1	90284	57,8	27,5	14,7	36360
periferia tradicional distante	1986-1991	22,9	63,3	13,8	4913	49,0	39,7	11,3	30574	41,8	39,9	18,4	14899	59,7	10,7	29,5	92945	39,3	30,5	30,2	4892	37,8	50,9	11,3	21517	37,4	49,0	13,5	59634	65,9	18,7	15,4	34917	44,3	39,5	16,2	6213
	1995-2000	38,0	54,0	8,0	6303	63,6	26,1	10,3	52537	49,3	36,7	14,0	18818	59,8	10,9	29,3	123055	53,5	26,3	20,2	7457	50,3	36,8	13,0	26930	47,4	42,3	10,3	51335	71,4	13,8	14,9	72728	48,4	39,0	12,6	6115
	2005-2010	40,1	53,3	6,5	8195	67,7	23,6	8,7	46781	61,4	23,6	15,0	20499	67,3	8,4	24,3	91813	56,3	25,4	18,3	8114	54,0	38,0	8,0	27750	57,6	34,4	8,0	44578	79,0	8,5	12,5	63528	50,2	35,6	14,1	7412
total	1986-1991	23,3	50,7	26,0	139920	41,9	40,3	17,8	405283	50,2	26,5	23,3	274474	33,0	9,6	57,4	1403820	29,1	44,3	26,6	269381	29,2	49,1	21,7	259291	44,3	41,8	13,9	364703	47,5	11,1	41,4	486899	20,3	58,0	21,7	190147
	1995-2000	33,3	44,8	21,8	175599	46,7	36,7	16,6	482475	50,7	26,2	23,2	258589	39,7	11,7	48,6	1475524	32,7	40,2	27,0	358879	31,2	38,7	30,0	236907	48,2	38,9	12,8	352560	48,7	10,8	40,5	633200	26,1	51,4	22,4	210645
	2005-2010	33,5	45,6	20,9	127710	49,5	34,4	16,1	371811	53,4	22,9	23,7	215210	43,0	11,5	45,5	1094558	36,7	28,9	34,4	268969	36,3	40,2	23,5	187252	53,4	33,5	13,1	284967	49,9	9,6	40,5	474788	31,3	46,3	22,3	202452

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Notas:

*O quesito data-fixa dos censos demográficos define o migrante como aquele que há cinco anos antes da data de referência do censo, morava em um município diferente do qual foi recenseado. De acordo com esse quesito as modalidades migratórias possíveis são:

a) ITM (Intrametropolitano): o indivíduo recenseado em algum município da RM, que há cinco anos antes da data de referência do censo residia em outro município da mesma região;

b) ITAE (Intraestadual): indivíduo recenseado em algum município da RM, que residia cinco anos antes da data de referência do censo em outro município do estado da RM, não pertencente à mesma;

c) ITE – (Interestadual): indivíduo recenseado em algum município da RM, que cinco anos antes da data de referência do recenseamento residia em algum município fora do estado da RM;

Ao se visualizar a migração intrametropolitana através da matriz entre grupos de municípios⁶, observa-se mais claramente esse padrão centro-periferia. Isso porque, na maioria das RMs, os polos metropolitanos são responsáveis pela maior parte dos fluxos destinados aos outros grupos de municípios (subpolos, periferias elitizadas e periferias tradicionais). Como ilustração do referido padrão, considerando-se as 9 RMs como um todo, verifica-se, em 2005-2010, que os fluxos originários nos polos eram representativos de 68% daqueles que se destinavam aos subpolos, 54% daqueles que se dirigiam às periferias elitizadas, 58% daqueles direcionados às periferias tradicionais próximas, e 45% daqueles que se destinavam às periferias tradicionais distantes.

Deve-se ressaltar, no entanto, que esse protagonismo do polo como principal emissor no processo de redistribuição da população no interior das RMs vem sofrendo uma ligeira alteração, muito em função da tendência de arrefecimento do potencial redistributivo de sua população, como indicado na Tabela 3. Principalmente nas RMs do Centro-sul se mostra notória a perda da participação do polo enquanto origem principal dos fluxos intrametropolitanos que chegam às periferias. Na RMSP, por exemplo, se em 1986-1991, os fluxos que chegavam à periferia tradicional distante, oriundos do polo eram representativos de 61% da totalidade dos fluxos, em 1995-2000 esse valor era de 54%, caindo para pouco menos de 50% em 2005-2010. Concomitantemente, os fluxos periferia-periferia (no caso, periferia tradicional próxima para periferia tradicional distante), ainda que menos representativos, observaram um expressivo aumento, respondendo pelos valores, de 13,9%, 19,5% e 23,2%, respectivamente.

Outro aspecto que se nota ainda a partir da Tabela 4, é o papel dos polos metropolitanos enquanto portas de entrada para os fluxos migratórios provenientes de fora das RMs. Nas RMSP e RMRJ, onde os fluxos interestaduais ainda possuem uma grande representatividade, é justamente no município-polo onde esse tipo de modalidade atinge o maior peso. Por sua vez, nas outras RM's, onde fluxos intraestaduais auferiram a maior importância entre aqueles de fora da metrópole, igualmente se obteve maior peso para os mesmos no polo metropolitano. Este resultado, em particular, interessa justamente para reforçar a tese do papel de "amortecimento" que as RMs com menor protagonismo econômico exercem sobre suas regiões de influência, especialmente em seus estados.

2.1. O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA MIGRAÇÃO

Nessa subseção, busca-se aprofundar o estudo dos fluxos migratórios em seu aspecto qualitativo, a partir de seu perfil sociodemográfico. Tal perspectiva de análise permite uma visualização mais ampla do fenômeno migratório e de seu papel no processo de metropolização, tendo em vista que, para além de seu volume e intensidade, o perfil da migração se relaciona a uma estrutura de incentivos e constrangimentos (CUNHA, 2016; DOTA, 2015; NAKANO, 2015) que incidem sobre as decisões (ou necessidades) de migrar para e dentro de uma região metropolitana.

Para esse fim, serão utilizadas as variáveis idade e escolaridade. De um lado, a idade representa o momento da vida e pode ser associada às diferentes fases do curso de vida individual e ciclo de vida familiar dos migrantes. De outro, a escolaridade sintetiza a possibilidade de aproveitamento das oportunidades no mercado de trabalho e, de modo geral, estando fortemente associada com o tipo de trabalho exercido e a renda.

6 A matriz migratória para as 9 RMs não será apresentada no presente trabalho em virtude de seu grande tamanho inviabilizar sua formatação no corpo do texto do artigo.

Desse modo, ao se analisar os imigrantes por grupos etários (Tabela 5), observa-se uma tendência, comum às nove RMs consideradas, de redução na participação relativa dos indivíduos com menos de 15 anos ao longo do intervalo de tempo em questão. De fato, os pesos do referido grupo etário em todas as RMs eram maior em 1986-1991 do que em 2005-2010, quando oscilavam no patamar de 20 a 30%, estabilizando-se em torno de 15% no último período. Em contrapartida, os imigrantes em idade produtiva (15 a 59 anos), e, sobretudo, aqueles com 60 anos ou mais, registram expressivo aumento em seu peso. Reflete-se aí um processo corrente, em linhas gerais à população como um todo, impulsionado principalmente pela acentuação da queda da fecundidade na década de 80, início do período considerado aqui. Os dados do Censo Demográfico revelam que para a população total das nove RMs, se 1991 aqueles que tinham menos de 15 anos eram representativos de 30% da população, em 2000 passaram a 26%, chegando 21% em 2010. Para a população Brasil como um todo, esse cenário não foi muito diferente, na medida em que esses números foram de 34%, 29% e 24%, respectivamente.

Outra característica peculiar aos imigrantes em relação à população total é a maior participação de indivíduos em idade produtiva. Se para a população como um todo, o grupo de 15 a 59 anos não é representativo de mais de 70%, entre os imigrantes o número já chega mais próximo a casa dos 80%. Fica evidente a partir desse aspecto a forte seletividade dos migrantes quanto a variável idade, uma vez que tendem a se concentrar predominantemente nas idades produtivas.

Tabela 5: Percentual de imigrantes de “data-fixa” por grupos etários segundo modalidade e período de migração. Regiões Metropolitanas selecionadas, 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.

Mod.	Período	Idade (em anos)															
		RMB				RMR				RMF				RMRJ			
		menores de 15	15 a 59	60 ou mais	total	menores de 15	15 a 59	60 ou mais	total	menores de 15	15 a 59	60 ou mais	total	menores de 15	15 a 59	60 ou mais	total
ITM	1986-1991	30,2	66,7	3,1	100	24,3	70,7	5,1	100	27,9	68,3	3,8	100	22,2	72,4	5,3	100
	1995-2000	21,4	74,2	4,3	100	19,0	74,7	6,2	100	23,9	71,4	4,7	100	19,0	74,0	7,0	100
	2005-2010	18,7	76,6	4,7	100	16,3	76,3	7,4	100	18,8	74,9	6,3	100	16,8	74,7	8,5	100
ITAE	1986-1991	28,8	68,6	2,7	100	23,4	71,9	4,7	100	24,5	72,0	3,5	100	19,8	73,6	6,5	100
	1995-2000	23,7	72,5	3,8	100	17,9	75,9	6,2	100	19,3	75,0	5,6	100	15,2	76,6	8,2	100
	2005-2010	16,9	79,0	4,1	100	13,7	78,7	7,6	100	13,5	80,4	6,1	100	14,2	77,8	7,9	100
ITE	1986-1991	24,9	72,0	3,2	100	25,9	70,6	3,5	100	26,4	70,5	3,1	100	17,6	79,0	3,4	100
	1995-2000	21,1	75,6	3,2	100	20,6	74,9	4,5	100	20,6	75,4	4,0	100	17,4	79,3	3,3	100
	2005-2010	19,0	76,1	5,0	100	17,5	77,1	5,5	100	17,5	76,3	6,1	100	12,9	82,3	4,8	100
Total	1986-1991	28,1	69,0	2,9	100	24,4	71,0	4,6	100	25,9	70,6	3,5	100	20,0	75,3	4,7	100
	1995-2000	22,4	73,8	3,8	100	19,1	75,1	5,8	100	21,1	74,0	4,9	100	17,9	76,4	5,7	100
	2005-2010	17,9	77,6	4,5	100	16,0	77,0	7,0	100	16,4	77,4	6,2	100	15,0	78,1	6,9	100

Mod.	Período	Idade (em anos)															
		RMBH				RMSP				RMC				RMPA			
		menores de 15	15 a 59	60 ou mais	total	menores de 15	15 a 59	60 ou mais	total	menores de 15	15 a 59	60 ou mais	total	menores de 15	15 a 59	60 ou mais	total
ITM	1986-1991	28,4	68,1	3,4	100	25,7	70,7	3,7	100	27,6	68,7	3,8	100	23,9	71,3	4,8	100
	1995-2000	22,1	73,5	4,4	100	21,1	74,9	4,0	100	22,1	73,3	4,6	100	19,6	74,8	5,6	100
	2005-2010	18,7	75,2	6,1	100	17,6	76,8	5,5	100	19,3	75,3	5,3	100	17,2	76,2	6,6	100
ITAE	1986-1991	19,2	77,1	3,7	100	19,0	76,1	4,9	100	21,2	75,2	3,6	100	20,2	75,7	4,1	100
	1995-2000	16,4	79,2	4,4	100	14,8	79,3	5,9	100	18,5	77,4	4,1	100	16,9	78,2	4,9	100
	2005-2010	11,6	83,4	5,0	100	12,5	80,5	7,0	100	13,6	80,4	6,0	100	13,0	79,2	7,9	100
ITE	1986-1991	24,6	72,2	3,1	100	17,2	80,8	2,0	100	22,9	73,0	4,1	100	23,0	73,9	3,1	100
	1995-2000	21,1	75,0	3,9	100	18,3	79,4	2,3	100	19,5	76,3	4,2	100	19,2	76,9	3,9	100
	2005-2010	14,6	80,2	5,1	100	12,5	83,4	4,1	100	14,5	80,3	5,3	100	13,0	81,8	5,2	100
Total	1986-1991	24,0	72,5	3,5	100	20,2	77,0	2,9	100	23,5	72,7	3,8	100	22,2	73,5	4,3	100
	1995-2000	19,8	75,8	4,3	100	19,0	77,6	3,4	100	20,0	75,8	4,3	100	18,5	76,4	5,1	100
	2005-2010	15,6	78,8	5,6	100	14,7	80,2	5,1	100	16,0	78,5	5,5	100	15,2	77,9	6,8	100

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Ao se desdobrar a análise segundo modalidades migratórias, pode ser observada uma diferenciação maior da participação relativa dos grupos etários entre as RMs. Naquelas onde a imigração intraestadual se mostrou mais proeminente que de mais longa distância (RMs do Nordeste, RMB,

RMC, RMBH e RMPA), o grupo etário em idade produtiva registrou sensivelmente mais importância para a referida modalidade, atingindo valores acima de 80%. Por sua vez, na RMRJ e RMSP, o grupo etário 15 a 59 anos se mostrou o mais expressivo para os imigrantes interestaduais, também com números acima de 80%, mostrando o perfil demográfico dos fluxos históricos de mais longa distância.

Quando se desagrega a imigração intrametropolitana por grupos de municípios (Tabela 6), em linhas gerais, percebe-se para as nove RMs, que no polo a imigração é muito mais concentrada nas idades produtivas, sendo que o percentual de crianças e idosos não ultrapassa 20% em 2005-2010. Por outro lado, a imigração dirigida para as periferias é nitidamente mais rejuvenescida, fato que reforça os argumentos em favor das motivações da migração para estas áreas ligadas à moradia e envolvendo famílias em formação (CUNHA, 2016; DOTA, 2015; NAKANO, 2015). Para praticamente todos os casos, a imigração para as periferias, sejam elas elitizadas ou tradicionais, apresentou percentagens mais altas para os grupos etários de menos de 15 anos.

Ressalta-se, contudo, que as periferias tradicionais tendem a ser ligeiramente mais rejuvenescidas que as periferias tradicionais. Tal aspecto pode ser ilustrado pelos casos da RMC e RMPA onde, em 2005-2010, o grupo etário mais jovem não passa de 17% nas periferias elitizadas, enquanto que nas tradicionais, o valor chega a mais de 20%. Chama a atenção, no entanto, que tanto nas periferias tradicionais (onde os pobres são constrangidos a morar) quanto nas elitizadas (onde os “ricos” são incentivados a residir), pode ser verificado um padrão etário similar, envolvendo em maior medida famílias no começo de seus ciclos vitais.

Tabela 6: Percentagem de imigrantes intrametropolitanos de “data fixa”, por grupos etários, segundo grupos de municípios. Regiões Metropolitanas selecionadas, 1986-1991, 1995-2000 e 2005/2010.

RMs	Grupos de municípios	Idade (em anos)											
		1986-1991				1995-2000				2005-2010			
		menores de 15	15 a 59	60 ou mais	total	menores de 15	15 a 59	60 ou mais	total	menores de 15	15 a 59	60 ou mais	total
RMF	polo	25,8	70,6	3,7	100	19,8	76,2	4,0	100	11,2	84,9	3,9	100
	subpolo	28,0	68,3	3,7	100	23,9	71,3	4,7	100	19,4	73,7	6,9	100
	periferia tradicional próxima	27,6	69,4	3,0	100	24,6	70,9	4,5	100	18,7	75,3	6,0	100
	periferia tradicional distante	29,9	63,9	6,2	100	26,0	68,6	5,5	100	22,4	71,1	6,6	100
	total	27,9	68,3	3,8	100	23,9	71,4	4,7	100	18,8	74,9	6,3	100
RMSP	polo	23,1	73,3	3,5	100	15,6	80,8	3,6	100	11,5	84,6	3,9	100
	subpolo	22,1	73,6	4,4	100	19,1	76,6	4,3	100	15,6	78,5	5,9	100
	periferia elitizada	29,0	66,5	4,4	100	22,5	72,9	4,6	100	19,0	74,3	6,7	100
	periferia tradicional próxima	26,5	70,3	3,2	100	22,2	74,1	3,7	100	18,9	76,0	5,1	100
	periferia tradicional distante	30,4	66,0	3,6	100	24,5	71,3	4,2	100	21,4	72,3	6,3	100
	total	25,7	70,7	3,7	100	21,1	74,9	4,0	100	17,6	76,8	5,5	100
RMC	polo	21,7	76,7	1,6	100	15,3	80,2	4,5	100	18,1	78,7	3,1	100
	subpolo	28,4	67,5	4,1	100	22,1	73,7	4,1	100	18,5	76,6	4,9	100
	periferia elitizada	33,4	63,7	2,9	100	18,2	75,5	6,3	100	16,6	77,9	5,6	100
	periferia tradicional próxima	27,3	68,8	3,8	100	24,6	71,4	4,1	100	21,0	73,2	5,8	100
	periferia tradicional distante	31,5	63,8	4,7	100	26,1	63,8	10,1	100	21,5	68,9	9,5	100
	total	27,6	68,7	3,8	100	22,1	73,3	4,6	100	19,3	75,3	5,3	100
RMPA	polo	19,6	75,5	4,9	100	16,9	79,3	3,8	100	12,3	82,6	5,2	100
	subpolo	23,5	71,9	4,6	100	20,1	74,1	5,9	100	17,1	76,7	6,3	100
	periferia elitizada	23,1	71,0	5,9	100	16,7	76,4	6,8	100	16,7	77,2	6,1	100
	periferia tradicional próxima	25,1	70,1	4,9	100	20,1	74,1	5,8	100	19,0	73,7	7,3	100
	periferia tradicional distante	24,6	70,8	4,6	100	20,5	74,1	5,4	100	18,1	74,5	7,4	100
	total	23,9	71,3	4,8	100	19,6	74,8	5,6	100	17,2	76,2	6,6	100

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Ao se analisar a imigração sob o ponto de vista da escolaridade (Tabela 7), percebe-se, primeiramente o aumento generalizado da participação relativa daqueles com nível superior, ao longo do tempo. Embora este fato mereça atenção, não se pode deixar de considerar que ele se deve, em parte, aos avanços educacionais alcançados pelo país. De fato, no Brasil, os responsáveis pelos domicílios com nível superior completo aumentaram sua participação de 6,5% para 10,5% de 2000 para 2010; para as nove RMs analisadas esses números passaram de 10,4% e 14,8%, respectivamente. No entanto, o caráter seletivo da migração fica patente sendo ainda mais claro quando se observa os dados por RMs: por exemplo, no caso da RMSP, em 2010, enquanto 16,5% de todos os responsáveis por domicílios apresentavam nível superior, esta cifra alcançava 21,6% entre os migrantes; no caso da RMR, as cifras eram, respectivamente, 11,7% e 18,8%.

Os dados revelam diferenças significativas de comportamento entre as modalidades migratórias nas RMs. No caso da RMSP, por exemplo, os imigrantes interestaduais notadamente apresentavam menor escolaridade em relação aos outros tipos de imigrantes. Já para as RMs que registram maior importância da imigração intraestaduais, como as do Nordeste e Belém, percebe-se que os que apresentavam origem no interior dos respectivos estados registravam menor escolaridade em relação aos outros tipos de migrantes. Tal aspecto reforça a hipótese de que estas RMs tendem a assumir o papel de “válvulas de escape” para população que deixa as zonas mais deprimidas do interior, especialmente aquelas localizadas no semiárido nordestino.

Tabela 7: Percentual de imigrantes de “data-fixa” responsáveis pelos domicílios por nível de instrução segundo modalidade e período de migração. Regiões Metropolitanas selecionadas, 1986-1991, 1995-2000 e 2005/2010.

Mod.	Período	RMB			RMR			RMF			RMRJ			RMS			RMBH			RMSP			RMC			RMPA		
		s/sup.	c/sup.	total	s/sup.	c/sup.	total	s/sup.	c/sup.	total	s/sup.	c/sup.	total	s/sup.	c/sup.	total	s/sup.	c/sup.	total	s/sup.	c/sup.	total	s/sup.	c/sup.	total	s/sup.	c/sup.	total
ITM	1986-1991	97,7	2,3	100	93,6	6,4	100	99,0	1,0	100	95,1	4,9	100	95,5	4,5	100	97,9	2,1	100	95,4	4,6	100	97,7	2,3	100	96,7	3,3	100
	1995-2000	96,2	3,8	100	91,7	8,3	100	98,2	1,8	100	94,0	6,0	100	94,6	5,4	100	97,0	3,0	100	93,4	6,6	100	97,1	2,9	100	94,6	5,4	100
	2005-2010	88,6	11,4	100	85,6	14,4	100	91,8	8,2	100	84,6	15,4	100	85,5	14,5	100	89,4	10,6	100	77,8	22,2	100	88,3	11,7	100	86,3	13,7	100
ITAE	1986-1991	98,6	1,4	100	95,9	4,1	100	98,2	1,8	100	91,1	8,9	100	97,6	2,4	100	95,3	4,7	100	86,5	13,5	100	95,6	4,4	100	94,9	5,1	100
	1995-2000	97,7	2,3	100	94,8	5,2	100	97,4	2,6	100	90,6	9,4	100	95,1	4,9	100	93,2	6,8	100	86,3	13,7	100	94,1	5,9	100	92,1	7,9	100
	2005-2010	91,8	8,2	100	89,1	10,9	100	93,7	6,3	100	70,2	29,8	100	89,8	10,2	100	82,7	17,3	100	62,4	37,6	100	81,0	19,0	100	78,8	21,2	100
ITE	1986-1991	89,4	10,6	100	86,0	14,0	100	89,7	10,3	100	87,3	12,7	100	80,6	19,4	100	88,6	11,4	100	96,4	3,6	100	87,3	12,7	100	88,6	11,4	100
	1995-2000	86,8	13,2	100	82,5	17,5	100	86,1	13,9	100	89,3	10,7	100	80,0	20,0	100	88,1	11,9	100	95,4	4,6	100	85,1	14,9	100	87,1	12,9	100
	2005-2010	67,5	32,5	100	65,5	34,5	100	69,8	30,2	100	74,2	25,8	100	66,4	33,6	100	72,6	27,4	100	83,8	16,2	100	70,8	29,2	100	61,7	38,3	100
Total	1986-1991	96,1	3,9	100	92,5	7,5	100	96,6	3,4	100	92,1	7,9	100	93,1	6,9	100	95,5	4,5	100	95,0	5,0	100	94,2	5,8	100	95,0	5,0	100
	1995-2000	94,9	5,1	100	90,6	9,4	100	94,4	5,6	100	92,0	8,0	100	91,5	8,5	100	94,5	5,5	100	93,4	6,6	100	93,0	7,0	100	92,5	7,5	100
	2005-2010	84,8	15,2	100	81,2	18,8	100	86,7	13,3	100	79,1	20,9	100	82,6	17,4	100	84,4	15,6	100	78,4	21,6	100	80,0	20,0	100	80,4	19,6	100

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Focando a análise na imigração intrametropolitana, verifica-se que a seletividade dos movimentos migratórios entre os tipos de municípios considerados fica ainda mais proeminente (Tabela 8). De fato, são visíveis as diferenças do perfil educacional dos imigrantes segundo os destinos, fato que mostra o papel da migração também no processo de segregação socioespacial. De um lado, percebe-se a tendência de homogeneização das periferias elitizadas, para onde se movem os grupos de pessoas mais escolarizadas e, de outro, um aparente processo de heterogeneização das periferias tradicionais, em especial as mais próximas ao centro, que passam a ser local possível de localização dos grupos sociais médios.

Tabela 8: Percentagem de imigrantes intrametropolitanos de “data fixa”, responsáveis pelos domicílios por nível de escolaridade, segundo grupos de municípios. Regiões Metropolitanas selecionadas, 1986-1991, 1995-2000 e 2005/2010.

RM's	Grupos de municípios	1986-1991					1995-2000					2005-2010				
		s/int.	fund.	med.	sup.	total	s/int.	fund.	med.	sup.	total	s/int.	fund.	med.	sup.	total
RMB	polo	39,8	45,4	13,7	1,1	100	36,1	44,3	14,4	5,2	100	20,2	16,8	34,9	28,1	100
	subpolo	38,7	42,9	16,1	2,3	100	31,4	38,9	25,2	4,5	100	24,2	19,3	42,1	14,4	100
	periferia tradicional próxima	40,2	41,5	16,1	2,2	100	37,6	43,7	16,8	1,9	100	42,7	22,0	32,3	3,0	100
	periferia tradicional distante	47,5	38,9	10,5	3,1	100	41,1	40,0	18,9	0,0	100	44,7	12,1	37,2	6,0	100
	total	39,1	42,8	15,9	2,3	100	33,4	40,4	22,4	3,8	100	30,7	19,6	38,3	11,4	100
RMS	polo	38,9	40,1	18,2	2,8	100	34,0	34,0	26,8	5,1	100	21,4	15,3	43,7	19,6	100
	subpolo	37,3	37,0	17,6	8,1	100	32,7	34,6	24,8	8,0	100	27,0	13,1	39,5	20,3	100
	periferia tradicional próxima	44,9	40,2	13,3	1,7	100	40,2	37,5	19,8	2,5	100	39,7	18,4	36,4	5,5	100
	periferia tradicional distante	46,6	40,4	9,5	3,6	100	42,1	35,2	19,7	3,1	100	34,0	23,2	36,0	6,8	100
	total	41,1	38,9	15,5	4,5	100	35,9	35,6	23,1	5,4	100	31,1	15,7	38,7	14,5	100
RMBH	polo	36,8	40,1	15,2	7,9	100	30,6	37,4	22,7	9,4	100	20,2	11,4	45,8	22,5	100
	subpolo	40,4	44,3	12,6	2,7	100	35,4	43,3	18,2	3,0	100	33,9	18,7	36,0	11,4	100
	periferia elitizada	33,7	35,2	16,5	14,5	100	29,7	34,3	13,8	22,2	100	21,5	11,4	26,1	41,0	100
	periferia tradicional próxima	47,7	46,1	5,6	0,6	100	42,9	46,3	10,0	0,7	100	46,7	21,0	28,2	4,1	100
	periferia tradicional distante	47,1	43,7	7,9	1,4	100	45,2	44,8	8,5	1,4	100	54,8	18,5	21,0	5,6	100
	total	44,1	44,7	9,1	2,1	100	39,7	44,1	13,3	3,0	100	40,2	18,5	30,7	10,6	100
RMSP	polo	34,3	39,2	13,4	13,2	100	28,9	35,8	19,1	16,2	100	14,4	10,8	32,7	42,0	100
	subpolo	37,7	40,3	14,3	7,8	100	32,6	38,9	19,8	8,7	100	23,7	14,1	32,0	30,1	100
	periferia elitizada	41,3	40,6	8,3	9,7	100	34,5	39,8	14,7	11,0	100	28,1	13,3	28,6	30,0	100
	periferia tradicional próxima	44,7	45,4	7,5	2,3	100	38,3	43,5	14,3	3,9	100	32,5	19,7	35,0	12,9	100
	periferia tradicional distante	48,8	44,3	5,5	1,4	100	41,3	44,1	11,9	2,7	100	39,9	19,6	31,0	9,5	100
	total	42,6	43,3	9,5	4,6	100	36,1	41,3	16,0	6,6	100	28,6	16,5	32,8	22,2	100

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

CONCLUSÃO

A análise comparativa das nove RMs institucionalizadas na década de 70, a partir da dimensão sócio demográfica de seu processo de metropolização nas duas últimas décadas, trouxe novos elementos ao debate sobre os rumos do “Brasil Metropolitano” neste período. Em primeiro lugar, destaca-se que a hipótese, aventada em alguns estudos sobre o tema a cerca da vigência de um processo de desmetropolização não foi confirmada pelos dados. De maneira geral, ainda que num ritmo menor que nas décadas antecedentes, as RMs apresentaram taxas de crescimento demográficas maiores que seu entorno regional, aumentando ou mantendo, sua participação relativa em suas respectivas UF's.

Os resultados, especialmente através estudo da mobilidade populacional (para e dentro das RMs), permitiram a visualização de tendências comuns para as nove regiões em seus processos de metropolização. Isto é, não apenas a forma-conteúdo que representam mostram suas semelhanças, mas os processos sociodemográficos inscritos na escala intrametropolitana, como a mobilidade residencial no sentido núcleo-periferias, alguns padrões de crescimento periférico (agora incluindo a população de mais alta renda) e uma forte seletividade dos indivíduos e famílias, parecem ser elementos recorrentes em todas elas.

Todavia, importantes diferenciações entre as regiões ficaram evidenciadas, especialmente, quando as RMs foram analisadas em seu papel no processo de redistribuição espacial da população em nível nacional e regional. Assim sendo, a partir da análise da migração segundo modalidades migratórias, foi possível identificar três grupos de RMs, em função dos distintos momentos de seus processos de

expansão demográfica e territorial: RMs do Norte e Nordeste, nas quais as trocas populacionais intraestaduais e interestaduais possuem importante peso; a RMC, RMBH e RMPA, onde, os movimentos migratórios intraestaduais e intrametropolitanas fazem esse papel; finalmente, a RMSP e RMRJ, nas quais, os deslocamentos do tipo intrametropolitano e interestadual mostravam-se mais importantes.

Confirma-se, pois, com base nos últimos resultados, a hipótese, levantada no começo do trabalho, de que as RMs do Nordeste e Norte acabam por exercer papel preponderante no processo de redistribuição da população no âmbito regional. Isso porque podem atuar como verdadeiros “colchões de amortecimento” dos fluxos migratórios proveniente das áreas deprimidas do interior de seus estados. Nesse sentido, conclui-se que as diferentes modalidades terão maior ou menor predomínio sobre as dinâmicas migratórias das RMs, a depender do que acontece no país, e em particular nas regiões economicamente mais estruturadas e, portanto, mais atrativas como é o caso específico de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAUJO, M. MOURA, R. DIAS, P. Cidades médias uma categoria em discussão. In: PEREIRA, R. H. M. (Org.); FURTADO, B. A. (Org.). Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces. 1. ed. Brasília: Ipea, 2011. v.1. 490p.

AZZONI, C. R. Indústria e reversão da polarização no Brasil. São Paulo: Ensaios Econômicos, n. 58, IPE-USP, 1986.

ASCHER. F. Metapolis: acerca do futuro das cidades. Oeiras: Celta Editora, 1988.

CARLOS, A. F. A.. Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os processos espaciais. In: Alvaro Ferreira; João Rua; Glaucio José Marafon; Augusto César Pinheiro da Silva. (Org.). Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2013, v. , p. 35-52.

COSTA, M. A. Quarentas anos de regiões metropolitanas no Brasil: Um breve balanço exploratório. IN: COSTA, M. A (org): Quarenta anos de regiões metropolitanas no Brasil 1. Ed. Brasília: IPEA, 2013. V.1. 336p.

DI MÉO, G. Introdução ao debate sobre a metropolização. Confins, São Paulo, n. 4, p. 2-11, 2008.

CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015, 279-307.

_____. Dinâmica demográfica e migratória 1991-2010: realidades e mitos. In: MARQUES, E. A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015.

_____. Mobilidade espacial da população: Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011.

_____. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, SP: librum, 2016a. (eBook). Disponível em: <<http://www.librum.com.br/mobipop/info/>>. ISBN 978-85-65608-22-0.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Cenários da Migração no Brasil nos anos 90. Caderno CRH. Salvador, vol. 18, n. 43, jan./abril. 2005.

DAVIDOVICH, F. "A 'volta da metrópole' no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.) (2004). Metrópoles entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Fundação Perseu Abramo/ FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

DOTA, E. M. Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. 221 fl. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2015.

GEDDES, P. Cidades em evolução. Campinas: Papirus, 1994.

FARIA, V. (1991) "Cinqüenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas". In: Novos Estudos CEBRAP, vol. 29, p. 98 – 119.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 122, p. 19-38, 2012.

LENCIONI, S. Metropolização do Espaço processos e dinâmicas. In: Alvaro Ferreira; João Rua; Glaucio José Marafon; Augusto César Pinheiro da Silva. (Org.). Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, v. , p. 17-34.

MARTINE, G. A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80. Texto para Discussão (IPEA), Rio de Janeiro, p. 1-46, 1994. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0329.pdf

MEYER, R. M. P. Atributos da metrópole moderna. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 3-9, 2000.

MOURA, R. 2009. Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

NAKANO, A. K. Elementos Demográficos sobre a Densidade Urbana: São Paulo, Uma Cidade Oca? 324f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ROGER, I. Les processus de métropolisation dans les capitales régionales européennes (agglomération de 500 000 à 1 000 000 d'habitants). Lescas de Bordeaux, Bristol, Montpellier, Saragosse et Toulouse. Géographie. Université Toulouse le Mirail - Toulouse II, 2007.

SOBRINO, J. Patrones de dispersión intrametropolitana en México. Estudios Demográficos y Urbanos, v. 22, n.3, p.583-617, 2007.

SILVA, É. T. Estrutura Urbana e Mobilidade Espacial nas Metrópoles. Tese de Doutorado – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012)